

## DOMINAÇÃO SEM HEGEMONIA

Na virada do século XXI, as palavras começadas com “I” – império e imperialismo – voltaram à moda. Em que pese a opinião de John Ikenberry, essa volta não se deveu ao advento da “era unipolar norte-americana”, na qual, “[pela] primeira vez na era moderna, o Estado mais poderoso do mundo pode atuar no palco global sem as restrições de outras grandes potências”<sup>1</sup>. Essa era começou com a derrocada do bloco soviético em 1989, mas durante a década de 1990 a palavra da moda foi “globalização”, não império nem imperialismo; e como o próprio Ikenberry observa, o inigualável poder global dos Estados Unidos era discutido sob a rubrica da “hegemonia”. Até pensadores críticos, inclusive muitos marxistas, viam pouco uso analítico para os conceitos de império e imperialismo<sup>2</sup>. Depois da Guerra do Golfo de 1991, Cumings afirmou que seria preciso um microscópio eletrônico para discernir o uso da palavra “imperialismo” como descrição para o papel dos Estados Unidos no mundo<sup>3</sup>. Hipérbole, é claro; mas o exagero continha importante elemento de verdade.

A publicação de *Empire*, em 2000, também não alterou muito a situação, já que Hardt e Negri simplesmente deram nova roupagem e uma torção radical aos princípios básicos da linguagem da globalização, como a proposição de que, nas atuais condições de integração econômica e informativa global, nenhum Estado nacional, nem mesmo os Estados Unidos, podem ser o centro de um projeto imperialista. Na verdade, Hardt e Negri apresentaram o império como um tipo de lógica e de

<sup>1</sup> G. John Ikenberry, “Illusions of Empire: Defining the New American Order”, *The New York Times*, 16/3/2004.

<sup>2</sup> Leo Panitch e Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, p. 2-3.

<sup>3</sup> Bruce Cumings, “Global Realm with no Limit, Global Realm with no Name”, p. 47-8.

estrutura de domínio mundial que, em aspectos importantíssimos, era a antítese do imperialismo teorizado pelos marxistas no século XX<sup>4</sup>.

O verdadeiro rompimento com a década de 1990 só aconteceu em 2001, quando o governo Bush reagiu aos acontecimentos do 11 de Setembro adotando um novo programa imperial, o Projeto para o Novo Século Norte-Americano. Existe uma estranha semelhança entre esse reflexo e as ações que, sessenta anos antes, anunciaram o primeiro século norte-americano. A Grande Depressão da década de 1930 e o surgimento do fascismo na Europa e no Japão convenceram Roosevelt de que a *pax americana* era necessária para garantir a segurança e a prosperidade nacionais. Mas seria difícil enfrentar as correntes não intervencionistas da política externa enquanto o povo norte-americano acreditasse que o isolamento continental garantiria sua segurança. Schurmann defendeu que, entre a deflagração da guerra europeia e Pearl Harbor, “Roosevelt, sem dúvida, rezou por alguma demonstração dramática de que isso não era verdade”. Quando suas orações foram atendidas, “Roosevelt fez uso astuto dos sentimentos ideológicos de nacionalismo despertados por Pearl Harbor para elaborar uma ideologia de imperialismo, com a qual prometeu ordem, segurança e justiça aos norte-americanos”<sup>5</sup>.

Assim que a Segunda Guerra Mundial acabou, entretanto, os sentimentos isolacionistas reafirmaram-se. Truman e o secretário de Estado, Acheson, sabiam muito bem que apelar para as razões de Estado e para os interesses econômicos norte-americanos não seria suficiente para superá-los. Portanto, ao redigir o texto que se tornou a Doutrina Truman, seguiram o famoso conselho de Arthur Vandenberg de “apavorar o povo norte-americano”, exagerando a ideia de ameaça comunista global<sup>6</sup>. O truque serviu para conquistar o apoio do Congresso ao Plano Marshall. Mas era preciso algo mais para assegurar recursos para o rearmamento norte-americano e europeu em grande escala previsto no documento 68 do NSC [National Security Council, ou Conselho de Segurança Nacional], que Truman aprovou no início de abril de 1950. O documento do NSC não citava números exatos, mas as estimativas indicavam despesas anuais 300% acima das originalmente requeridas pelo Pentágono em 1950.

Não era fácil para o governo a tarefa de conseguir esse volume de dinheiro com um Congresso conservador em termos fiscais, mesmo em nome do anticomunismo. Seria

<sup>4</sup> Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, p. xiv, 327-32 [ed. bras.: *Império*]. Para várias avaliações críticas do livro, ver Gopal Balakrishnan, *Debating Empire*.

<sup>5</sup> Franz Schurmann, *The Logic of World Power: An Inquiry into the Origins, Currents, and Contradictions of World Politics*, p. 40-1.

<sup>6</sup> Thomas J. McCormick, *America's Half Century: United States Foreign Policy in the Cold War*, p. 77-8.

necessária uma situação internacional de emergência e, desde novembro de 1949, o secretário Acheson previa uma ocorrência desse tipo num momento qualquer de 1950 na orla asiática – na Coreia, no Vietnã, em Taiwan ou nos três. Dois meses depois de o presidente examinar o NSC-68, houve a crise. Acheson diria mais tarde: “Veio a Coreia e nos salvou”<sup>7</sup>.

É difícil dizer o que o presidente Bush pediu em suas orações nos oito meses decorridos entre a posse e o 11 de Setembro, mas sabemos que os promotores do Projeto para o Novo Século Norte-Americano dentro do governo aguardavam uma oportunidade para implementar a nova estratégia imperial que vinham elaborando havia muito tempo<sup>8</sup>. Os primeiros meses no cargo não foram propícios, mas Osama bin Laden, para parafrasearmos Acheson, salvou-os. Como observou Michael Mann, ele lhes deu “o poder de mobilização popular e os alvos”<sup>9</sup>. A ameaça dos “fundamentalistas” muçulmanos e dos “Estados delinquentes” tornou-se o novo fator de medo, apavorando o povo norte-americano e conquistando o apoio quase unânime do Congresso à invasão do Iraque que Cheney, Rumsfeld e Wolfowitz vinham defendendo sem sucesso havia quase uma década<sup>10</sup>.

Foi essa evolução que reviveu as palavras com “I” para descrever o novo projeto imperial dos Estados Unidos. O projeto fracassou em seus objetivos de maneira mais rápida e vertiginosa do que esperavam até mesmo seus críticos; sendo assim, talvez as palavras com “I” saiam de circulação tão depressa quanto entraram. Todavia, ainda que isso aconteça, é de esperar que as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que levaram ao surgimento do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e à sua adoção pelo governo Bush persistam de uma maneira ou de outra. Tem especial interesse se e como essas circunstâncias se relacionam com a turbulência da economia política global discutida na segunda parte do livro e como elas mudaram sob o impacto da guerra ao terrorismo.

Neste capítulo, analisarei o desenrolar do projeto imperial neoconservador e a transformação da hegemonia norte-americana naquilo que, de acordo com Guha,

<sup>7</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>8</sup> Para detalhes sobre o Projeto para o Novo Século Norte-Americano, ver o site <www.newamerican-century.org>. Sobre a ascensão de seus promotores ao poder, ver Arthur Jr. Schlesinger, “The Making of a Mess”.

<sup>9</sup> Michael Mann, *Incoherent Empire*, p. 9.

<sup>10</sup> Sobre a determinação dos neoconservadores de travar a guerra contra o Iraque muito antes do 11 de Setembro, ver Ron Suskind, *The Price of Loyalty: George W. Bush, the White House, and the Education of Paul O'Neill*, e Richard Clarke, *Against All Enemies: Inside America's War on Terror*. Clarke relata a agora famosa (e infame) reunião de gabinete na qual, menos de um dia depois dos ataques, Rumsfeld ressaltou que não existiam “alvos decentes para bombardear no Afeganistão” e que, portanto, “devíamos pensar em bombardear o Iraque em vez dele”, porque tinha “alvos melhores”.

chamávamos antes de dominação sem hegemonia. Irei me concentrar primeiro no duplo fracasso da guerra no Iraque, que não conseguiu pôr fim à chamada síndrome do Vietnã, tampouco lançar as bases de um novo século norte-americano. Em seguida, tratarei do fracasso do projeto imperial neoconservador no combate ao declínio econômico dos Estados Unidos e concluirei indicando que a consequência mais importante e não intencional da aventura iraquiana foi a consolidação da tendência de recentralização da economia global na Ásia oriental e, dentro desta, na China.

### *A persistência da síndrome do Vietnã*

Nos seis meses após a declaração oficial do fim das hostilidades, muitos comentaristas observaram que, embora o Iraque não seja o Vietnã, o uso cada vez mais frequente de imagens como “atoleiro”, “atrito”, “abismo de credibilidade”, “iraquização” fizeram com que o debate atual parecesse ser “tanto sobre o Vietnã quanto sobre o Iraque”<sup>11</sup>. No Iraque, assim como no Vietnã, a crescente dificuldade dos Estados Unidos para superar a resistência de um adversário militar comparativamente insignificante comprometeu a credibilidade do poderio norte-americano no mundo em geral. Mas precisamente porque o Iraque não é o Vietnã, afirmo que o fracasso no Iraque constitui ameaça muito mais grave para o poderio norte-americano do que o fracasso no Vietnã.

Como já observado, a Guerra do Vietnã foi o principal acontecimento da “crise sinalizadora” da hegemonia norte-americana; mas na década de 1980, e principalmente na de 1990, a crise sinalizadora de 1968 a 1973 deu lugar ao notável ressurgimento da riqueza e do poder norte-americanos – uma *belle époque* em tudo comparável àquela vivida pela Grã-Bretanha um século atrás. Esse ressurgimento chegou ao seu apogeu depois do colapso da União Soviética, quando os Estados Unidos começaram a se apresentar – e a ser assim reconhecidos – como a maior potência militar que o mundo jamais vira. Entretanto, por trás dessa fachada escondia-se o problema de que o veredicto do Vietnã nunca chegou a ser revertido, nem a credibilidade real do poderio militar norte-americano fora inteiramente restaurada.

A longa série de confrontos militares em que os Estados Unidos se envolveu depois da derrota no Vietnã foi digna de nota por ter evitado com o máximo cuidado as condições que levaram àquela primeira debacle. Nesse aspecto, é exemplar a fuga do Líbano, depois que o bombardeio da base de Fuzileiros Navais em Beirute matou 241 norte-americanos. A partir daí até o colapso da União Soviética, os

Estados Unidos travaram guerras por procuração (como na Nicarágua, no Camboja, em Angola, no Afeganistão e no apoio ao Iraque na guerra contra o Irã)<sup>12</sup>, contra inimigos insignificantes (Granada, Panamá) ou em aéreas em que a alta tecnologia do aparato norte-americano tinha vantagem absoluta (Líbia)<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos aceleraram a corrida armamentista com a União Soviética – basicamente, mas não apenas, por meio da iniciativa de Defesa Estratégica – bem além do que Moscou poderia suportar em termos econômicos. A escalada deixou a União Soviética presa num duplo confronto: no Afeganistão, onde seu aparato militar de alta tecnologia enfrentava as mesmas dificuldades que levaram à derrota dos Estados Unidos no Vietnã, e na corrida armamentista, na qual os norte-americanos podiam mobilizar recursos financeiros muito além do alcance soviético. No entanto, a derrota final da União Soviética não contribuiu em nada para eliminar a síndrome do Vietnã. Na medida em que foi causada pelo poderio dos Estados Unidos, deveu-se não à força militar norte-americana, mas à capacidade financeira superior. E na medida em que teve origem militar, confirmou o veredicto do Vietnã, em vez de revertê-lo. Demonstrou que, tanto no Afeganistão quanto no Vietnã, os aparatos militares de alta tecnologia controlados pelas superpotências da Guerra Fria eram ineficazes para policiar em terra o Terceiro Mundo, por mais que conseguissem reproduzir o “equilíbrio do terror”.

O colapso da União Soviética, no entanto, criou oportunidades para testar o pressuposto bastante comum de que, sem a ajuda soviética, os vietnamitas não conseguiriam derrotar os Estados Unidos, assim como os chefes guerreiros afegãos e os mujahedins não conseguiriam derrotar a União Soviética sem ajuda

<sup>12</sup> Em março de 1984, sem se incomodar com as atrocidades de Saddam Hussein, Rumsfeld voou para Bagdá, como enviado de Reagan, para oferecer o apoio norte-americano no mesmo dia em que o Iraque atacou o Irã com armas químicas. Quatro anos depois, enquanto Hussein arrasava centenas de aldeias no norte do Iraque e matava milhares de curdos, Washington ofereceu a ele subsídios de 500 milhões de dólares para a compra de produtos agrícolas dos Estados Unidos. No ano seguinte, o governo norte-americano dobrou o subsídio para 1 bilhão de dólares e forneceu a ele matrizes de alta qualidade de antraz e material de uso duplo, passíveis de serem usados para fabricar armas químicas e biológicas. Ver Seumas Milne, “We Are Sleepwalking Into a Reckless War of Aggression”, *The Guardian*, 27/9/2002, e Arundhati Roy, “Not Again”, *The Guardian*, 27/9/2002.

<sup>13</sup> O fato de o “Recuo do Terceiro Mundo” (Third World Rollback) – como a Doutrina Reagan que inspirou esses confrontos algumas vezes foi chamada – ter saído pela culatra não significa que não tenha causado danos e sofrimento indizíveis aos países em questão. Para dar apenas um exemplo, 300 mil crianças morreram, direta ou indiretamente, em consequência de a assassina organização Unita [União Nacional para a Independência Total de Angola] ter prolongado a guerra civil angolana com apoio norte-americano. Ver David Aaronovitch, “The Terrible Legacy of the Reagan Years”, *The Guardian*, 8/6/2004. Sobre os efeitos a longo prazo da Doutrina Reagan na criação de futuros terroristas, ver Mahmood Mamdani, *Good Muslim, Bad Muslim: America, the Cold War, and the Roots of Terror*.

<sup>11</sup> Craig R. Whitney, “Watching Iraq, and Seeing Vietnam”, *The New York Times*, 9/11/2003.

norte-americana. Além disso, a subjugação de Moscou abriu terreno para mobilizar o Conselho de Segurança da ONU e legitimar as ações policiais dos Estados Unidos num patamar impossível desde a Guerra da Coreia. A invasão do Kuwait por Saddam Hussein criou de imediato a oportunidade ideal para essa mobilização, e os Estados Unidos souberam aproveitá-la, apresentando um espetáculo televisivo de seu poder de fogo *high-tech*<sup>14</sup>. Ainda assim, como destacou John McCain, a vitória na primeira Guerra do Golfo “não pôs fim ao domínio da síndrome do Vietnã sobre a consciência nacional [norte-americana]” – em sua opinião, porque Saddam Hussein não foi afastado do poder<sup>15</sup>. A primeira Guerra do Golfo, como observaram outros comentaristas, “pretendia ser tudo o que o Vietnã não foi. Em vez do uso longo e gradual da força, o objetivo era superar o inimigo e retirar-se rapidamente”<sup>16</sup>. Conhecida como Doutrina Powell, essa estratégia foi o ápice do esforço norte-americano não tanto para reverter, mas para evitar outro veredicto como o do Vietnã.

A tentativa de testar a capacidade militar dos Estados Unidos de policiar em terra o Terceiro Mundo veio logo depois da primeira Guerra do Golfo, sob o disfarce de missão “humanitária” na Somália. O fracasso foi total: a transmissão pela televisão do corpo de um norte-americano sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio reviveu no país a síndrome do Vietnã e levou à retirada imediata dos soldados norte-americanos. Mas, durante o governo Clinton, a Doutrina Powell tornou-se um constrangimento cada vez maior e levou a secretária de Estado, Madeleine Albright, a fazer sua famosa pergunta: “De que adianta ter esse grande exército do qual tanto falamos se não podemos usá-lo?”

O objetivo principal das missões “humanitárias” na Bósnia, e contra o que restou da Iugoslávia, foi exatamente mostrar que havia razão para “ter esse grande exército”. A Guerra do Kosovo também pretendia mostrar que o endosso prévio da ONU às ações policiais que os Estados Unidos resolvessem realizar era bem-vindo,

<sup>14</sup> De acordo com o general Anthony Zinni, a Tempestade no Deserto, de 1991, “deixou a impressão de que a terrível confusão que nos aguarda no exterior pode ser superada, de certo modo, por soldados bons e íntegros, como na Segunda Guerra Mundial. Na verdade, a única razão pela qual a Tempestade no Deserto funcionou foi porque conseguimos ir contra o único idiota do planeta que foi estúpido o suficiente para nos desafiar a travar mais uma vez a Segunda Guerra Mundial” (Tom Clancy, Anthony Zinni e Tony Koltz, *Battle Ready*).

<sup>15</sup> Citado em Craig R. Whitney, “Watching Iraq, and Seeing Vietnam”, *The New York Times*, 9/11/2003. Sem dúvida alguma, uma opinião semelhante teve grande papel na fixação dos promotores do Novo Século Norte-Americano pela retirada de Hussein. Wolfowitz, por exemplo, criticou o primeiro governo Bush, do qual foi subsecretário político para a Defesa, por não “cuidar de Saddam” após a Guerra do Golfo, em 1991 (“Democrats Target Wolfowitz on Iraq Crisis”, *The New York Times*, 18/5/2004).

<sup>16</sup> Michael R. Gordon, “A Sequel, Not a Rerun”, *The New York Times*, 18/3/2003.

mas dispensável. Bastava o endosso mais confiável da Otan. Entretanto, em termos militares, tudo o que a Guerra do Kosovo conseguiu provar foi o que todos já sabiam: que Washington tem capacidade tecnológica para bombardear qualquer país que desejar até fazê-lo desaparecer. Mas não mostrou que o governo norte-americano estava disposto a arriscar a vida de cidadãos norte-americanos em ações policiais no exterior que o público norte-americano não conseguia entender bem.

Às vésperas do 11 de Setembro, a má vontade de correr tais riscos ainda era os pés de barro do colosso militar norte-americano. O choque dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono mudou a situação, oferecendo um *casus belli* que fazia sentido para o público norte-americano. Mas até na Guerra do Afeganistão, que teve apoio nacional e internacional generalizado, o governo Bush mostrou pouca inclinação a arriscar baixas norte-americanas, ainda que essa relutância significasse comprometer o pretensão objetivo dos Estados Unidos na guerra de capturar Bin Laden “vivo ou morto”. Em vez disso, os afegãos travaram a maioria dos combates em terra, levando à zombaria um comentarista do *Washington Post*:

Os Estados Unidos travaram essa guerra bem baratinho. A reação ao pior ataque em solo norte-americano foi a contratação de mercenários. O país nem sequer enviou soldados para fechar a fronteira com o Paquistão. Quem sabe quantos guerreiros de Bin Laden passaram por ela? Quem sabe o próprio Bin Laden não estava entre eles?<sup>17</sup>

A incompetência e a irracionalidade motivada pela ideologia são explicações comuns e às vezes plausíveis para os muitos casos de comportamento incompreensível do governo Bush. No entanto, travar a Guerra do Afeganistão “bem baratinho”, sem correr o risco de haver baixas na caçada a Bin Laden, foi uma opção perfeitamente racional se o objetivo da Guerra ao Terror era não apenas capturar terroristas, mas também refazer a geografia política da Ásia ocidental na busca de um novo século norte-americano. Do ponto de vista desse objetivo mais amplo, o Afeganistão era um lugar bem pouco propício para testar a disposição dos norte-americanos a sofrer baixas em guerras no exterior depois do 11 de Setembro. Foi bastante sensato supor que “terminar o serviço” no Afeganistão custaria mais vidas norte-americanas e que cada baixa traria bem menos retorno político e econômico do que prosseguir e vencer o Iraque.

A blitz bem-sucedida em Bagdá pareceu confirmar essa expectativa, já que as forças armadas iraquianas praticamente não ofereceram resistência. Entretanto, em junho de 2003, o número de baixas norte-americanas começou a aumentar de for-

<sup>17</sup> Richard Cohen, “Even a Low-Risk War Brings Its Own Cost”, *International Herald Tribune*, 9/1/2002.

ma implacável. Pior ainda, o retorno político e econômico de cada baixa diminuiu vertiginosamente quando os planos dos Estados Unidos de refazer o Iraque – para não dizer a Ásia ocidental – para atender aos interesses norte-americanos colidiram com a realidade local e tiveram de ser revistos, reduzidos ou totalmente abandonados. Mas, dessa vez, Washington parecia decidido a “terminar o serviço”, embora não cansasse de redefinir a natureza desse “serviço”. Um ano depois da invasão, em meio a dificuldades cada vez maiores, Bush lançou o slogan “Temos de manter o curso no Iraque”, apesar da crítica aberta dos generais. “O curso”, retorquiu o general Zinni, ex-comandante do Centcom [Central Command], “é rumo às cataratas do Niágara.”<sup>18</sup> Em 2005, não só o exército dos Estados Unidos parecia totalmente incapaz de terminar o serviço, qualquer que fosse, como também passou a enfrentar um colapso de qualidade e moral semelhante ao que ocorreu no Vietnã, e sem a convocação de soldados. Parecia que a alternativa não era mais entre ganhar ou perder; como explicou um oficial dos Fuzileiros Navais, “podemos perder no Iraque e destruir nosso exército ou simplesmente perder”. Em dezembro de 2006, o ex-secretário de Estado Colin Powell disse, na CBS News, que “o Exército na ativa está praticamente alquebrado”, enquanto Bush, pela primeira vez, admitia que os Estados Unidos não estavam ganhando a guerra no Iraque e ordenou ao novo secretário de Defesa, Robert Gates, que elaborasse um plano para aumentar o efetivo do Exército e do Corpo de Fuzileiros, plano que ele mesmo rejeitara havia poucos meses<sup>19</sup>. Mas nesse ínterim o gerenciamento da crise já suplantara a política com base em princípios.

A única superpotência do mundo não age mais; ao contrário, em geral reage à última má notícia vinda de Bagdá, seja ela qual for. Enquanto os acontecimentos no Iraque fogem ao seu controle, a estratégia do presidente George W. Bush para travar sua “guerra global ao terror” jaz em ruínas. Ele navega sem bússola [...] O Iraque era o primeiro passo. O sucesso ali abriria caminho para que o governo Bush prosseguisse de modo semelhante para o segundo, terceiro e quarto passos. Os desapontamentos e as frustrações resultantes desse primeiro passo agora deixam o projeto todo destruído.<sup>20</sup>

Já em 2004, um especialista em defesa do conservador Lexington Institution viu quão grave era o problema para os Estados Unidos, “porque agora o mundo

<sup>18</sup> Chalmers Johnson, “Why I Intend to Vote for John Kerry”, p. 1.

<sup>19</sup> Paul Krugman, “Time to Leave”, *The New York Times*, 21/11/2005; editorial, “Army Stretched to Breaking”, *Minneapolis-St. Paul Star Tribune*, 20/2/2006; Paul Rogers, “A Tale of Two Insurgencies”, *openDemocracy*, 1/6/2006; Peter Baker, “U.S. Not Winning War in Iraq, Bush Says for First Time”, *The Washington Post*, 20/12/2006.

<sup>20</sup> Andrew Bacevich, “Bush’s Illusions”, *International Herald Tribune*, 22/12/2006.

inteiro pode ver o padrão do Vietnã e da Somália no Iraque”. Em outubro de 2006, até Bush teve de admitir que o surto prolongado de violência no Iraque “poderia ser” comparável à Ofensiva Tet, que indispsôs o público norte-americano contra a Guerra do Vietnã<sup>21</sup>. Na realidade, o problema que os Estados Unidos enfrentam no Iraque é bem mais grave do que o do Vietnã. A situação de bloqueio político é semelhante. Naquela época, Washington sentiu-se incapaz de pôr fim à guerra muito depois de sua inutilidade ter se tornado evidente, porque a retirada, nas palavras de Nixon, mostraria que os Estados Unidos eram “um pobre gigante indefeso” e inspiraria “totalitarismo e anarquia pelo mundo afora”<sup>22</sup>. Do mesmo modo, apesar da atual situação “grave e deteriorada” no Iraque, até Brent Scowcroft, crítico da guerra, afirmou que a retirada sem que se desse um jeito de terminar o serviço mostraria que “o colosso norte-americano tropeçou, perdeu a determinação”, encorajando assim terroristas e extremistas do mundo todo<sup>23</sup>. Mas a perda de poder que os Estados Unidos enfrentam sendo incapazes de impor sua vontade à resistência iraquiana é muito maior e menos remediável do que a sofrida com a derrota no Vietnã.

A principal razão para isso não é a dependência dos Estados Unidos ao petróleo do Leste Asiático, como sustentam muitos comentaristas, inclusive alguns dos primeiros críticos da guerra, como George Soros<sup>24</sup>. Ao contrário, como já se observou, é que, apesar das semelhanças, o Iraque não é o Vietnã. Em termos puramente militares, os rebeldes iraquianos, ao contrário dos vietnamitas, não dirigem veículos blindados, não têm larga experiência em guerrilhas em ambientes naturais

<sup>21</sup> Bryan Bender, “Study Ties Hussein, Guerrilla Strategy”, *The Boston Globe*, 11/10/2004; Michael Fletcher e Peter Baker, “Iraq Violence, ‘No Child’ Occupy Bush”, *The Washington Post*, 19/10/2006.

<sup>22</sup> William Pfaff, “Reclaiming the U.S. Army”, *International Herald Tribune*, 24-25/7/2004.

<sup>23</sup> Brent Scowcroft, “Why America Can’t Just Walk Away”, *International Herald Tribune*, 4/1/2007. Na verdade, as ações norte-americanas evocaram a imagem do “pobre gigante indefeso” bem antes de a retirada ter sido sequer considerada. Assim, numa formulação mais extravagante, o jornal *Arab News*, da Arábia Saudita, descreveu o poder militar norte-americano na esteira das revelações de Abu Ghraib como “um monstro com a velocidade de reação de um touro musculoso e a compreensão limitada de um camundongo”. Citado em Philip Kennicott, “A Wretched New Picture of America”, *The Washington Post*, 5/5/2004. Essa imagem remete à “metáfora horripilante” com que Mann ilustrou sua avaliação presciente de que o “império norte-americano se transformará num gigante militar, num palpiteiro econômico, num esquizofrênico político e num fantasma ideológico. O resultado é um monstro perturbado e deformado, que cambaleia desajeitado pelo mundo” (Michael Mann, *Incoherent Empire*, p. 13).

<sup>24</sup> “Depois que invadimos o Iraque, não conseguimos nos desenredar. É provável que aumente a pressão nacional para nos retirarmos, como na Guerra do Vietnã, mas a retirada causaria danos irreparáveis à nossa posição no mundo. Nesse aspecto, o Iraque é pior do que o Vietnã por causa da nossa dependência com relação ao petróleo do Oriente Médio” (George Soros, “The US Is Now in the Hands of a Group of Extremists”, *The Guardian*, 26/1/2004).

favoráveis, nem gozam do apoio de uma superpotência como a União Soviética. Nesse e em outros aspectos, eles são muito menos formidáveis como adversários que os vietnamitas. Além disso, durante as três décadas que separam a retirada norte-americana do Vietnã da invasão do Iraque, as forças armadas dos Estados Unidos sofreram uma reestruturação fundamental que visava especificamente reverter o veredicto do Vietnã. Essa “profissionalização” das forças armadas pretendia melhorar as condições de combate e, ao mesmo tempo, livrá-las das restrições que a rotatividade constante de soldados civis e oficiais temporários impunha à ação e à disciplina militares. Combinada com o extraordinário avanço tecnológico do arsenal norte-americano ocorrido nesse período de cerca de trinta anos, essa reestruturação transformou o aparato militar dos Estados Unidos em força muito mais letal do que na época da Guerra do Vietnã.

Em resumo, a disparidade de forças entre os invasores norte-americanos e a resistência no Iraque foi incomparavelmente maior do que no Vietnã. Foi por isso que o governo Bush esperava que a invasão do Iraque reverteresse o veredicto do Vietnã; mas é também a razão de o fracasso ter sido um golpe muito maior na credibilidade do poderio militar norte-americano do que a derrota na Indochina. Se a Doutrina Powell levou à pergunta sobre a serventia de um grande exército que não pode ser usado, o atoleiro iraquiano, como observou Andrew Bacevich, levou a uma pergunta muito mais perturbadora: “De que adianta usar esse grande exército se o resultado é Faluja, Najaf e Karbala?”<sup>25</sup>

É claro que os Estados Unidos continuarão a ser a potência militar dominante no mundo ainda por algum tempo, seja qual for o resultado da Guerra no Iraque. Mas assim como as dificuldades dos Estados Unidos no Vietnã precipitaram a crise sinalizadora da hegemonia norte-americana, é bem provável que se considere, em retrospecto, que as dificuldades dos Estados Unidos no Iraque precipitaram sua crise terminal<sup>26</sup>. Essa crise vinha se formando havia muito tempo e estava fadada a acontecer, mais cedo ou mais tarde, de uma maneira ou de outra, fossem quais fossem as ações do governo Bush ou de qualquer outro governo. Mas a ma-

<sup>25</sup> Andrew Bacevich, “A Modern Major General”, p. 132.

<sup>26</sup> De um ponto de vista diferente, Fred Halliday apresentou argumento semelhante ao afirmar que “na primavera de 2004, estamos no meio de uma das maiores e mais rebeldes crises *globais* dos tempos modernos. Não é uma guerra mundial, um conflito militar estratégico entre grandes Estados – o tipo de conflito que, com duas guerras mundiais e uma guerra fria, dominou o século XX; nem é uma grande crise econômica internacional, como a de 1929 e a de 1973 (menos grave). Mas, em todos os níveis da vida social e política, enfrentamos uma situação que tem sérias probabilidades de afetar a todos na Terra e gerar graves consequências globais”. Ver seu “America and Arabia After Saddam”, *openDemocracy*, 13/5/2004.

neira específica como está acontecendo agora foi determinada pela decisão de invadir o Iraque na esperança de que a vitória fácil reverteresse o veredicto do Vietnã e lançasse as bases de um novo século norte-americano.

Como já observado, a guerra travada por Clinton no Kosovo pretendia mostrar, entre outras coisas, que o apoio da ONU às ações policiais norte-americanas, apoiadas pela Otan, era dispensável. Já a Guerra do Iraque travada por Bush pretendia mostrar que até a Otan era dispensável. O pressuposto, nas palavras de um especialista neoconservador em política externa, era:

[...] nos últimos quinhentos anos ou mais, nunca houve abismo maior entre as potências número 1 e número 2 do mundo. Dada essa dominação norte-americana, [o governo Bush] acreditou que bastava exprimir firmemente o interesse nacional norte-americano para que todos se acomodassem.<sup>27</sup>

Na verdade, quase ninguém que tivesse importância se acomodou. Com exceção da Grã-Bretanha, que se comporta cada vez mais como o 55º estado da União, e da patética “coalizão dos voluntários”<sup>28</sup>, o resto do mundo rejeitou a liderança norte-americana de modo nunca visto nos anais da hegemonia dos Estados Unidos. É verdade que muitos estrangeiros que criticaram a invasão do Iraque viram poucos motivos para se alegrar com o apuro norte-americano. Um importante assessor do Instituto de Relações Internacionais da França explicou:

Quando os Estados Unidos se aprofundam no exterior, isso gera um grande desafio para o resto do mundo. Se os Estados Unidos simplesmente se retirassem agora, outros países se veriam na estranha posição de ter de pressionar os norte-americanos a ficar, embora antes tenham implorado para que não se arrisquem a invadir sem uma resolução das Nações Unidas. Depois de uma retirada rápida, o foco da preocupação internacional logo passaria do risco da dominação global norte-americana para o perigo de um mundo privado do envolvimento internacional norte-americano. O problema é que, se a estratégia atual no Iraque realmente não funcionar, não há alternativa convincente. É pouco provável que enviar mais soldados norte-americanos ou entregar o poder aos

<sup>27</sup> Norman Ornstein, do American Enterprise Institute, citado em Roger Cohen, David E. Sanger e Steven R. Weisman, “Challenging the Rest of the World With a New Order”, *The New York Times*, 12/10/2004.

<sup>28</sup> Já no fim de 2004, a coalizão era considerada uma “piada”. Dos 28 países aliados que ainda mantinham soldados no Iraque, “somente 8 têm mais de 500. A maioria está lá para servir de fachada. E pela dificuldades do idioma e do equipamento, alguns contingentes, como os 28 soldados da Macedônia e os 29 do Casaquistão, podem mais atrapalhar que ajudar” (Nicholas Kristof, “Brother, Can You Spare a Brigade?”, *The New York Times*, 11/12/2004). Desde então, todos os contingentes de alguma relevância, salvo os da Grã-Bretanha e da Austrália, retiraram-se ou anunciaram sua retirada.

iraquianos faça muita diferença. Os Estados Unidos estão numa furada, mas nós também estamos.<sup>29</sup>

É provável que um raciocínio nessa linha tenha motivado a resolução unânime do Conselho de Segurança da ONU, em 16 de outubro de 2003, que deu certa legitimidade jurídica à ocupação comandada pelos Estados Unidos e conclamou os governos do mundo a apoiá-la. Entretanto, para os Estados Unidos, a importância da legitimidade jurídica como tal era basicamente, para não dizer exclusivamente, um meio de obter recursos de outros Estados para cobrir os custos humanos e financeiros cada vez mais altos da ocupação do Iraque. Na verdade, o principal objetivo para apressar a votação da resolução pelo Conselho de Segurança da ONU era assegurar o sucesso da “conferência dos doadores” que os Estados Unidos haviam convocado para a semana seguinte, em Madri, e cujo mau resultado, como veremos no capítulo 9, é um bom exemplo da deflação que o poder norte-americano sofreu em consequência de sua transformação de hegemonia em pura dominação.

Exemplo ainda melhor foi o declínio da influência norte-americana na Ásia ocidental, cuja geografia política supostamente seria refeita após a invasão do Iraque para adequá-la aos interesses e aos valores norte-americanos. Na primavera de 2004, os problemas do Iraque tiraram todo e qualquer significado prático da questão de como os Estados Unidos usariam a ocupação, levando Thomas Friedman a lamentar:

Corremos o risco de perder algo muito mais importante do que apenas a guerra no Iraque. Corremos o risco de perder os Estados Unidos como instrumento de inspiração e de autoridade moral no mundo. Nunca vi, em toda a minha vida, uma época em que os Estados Unidos e seu presidente fossem tão odiados em todo o mundo quanto hoje. [...] [A] guerra ao terrorismo é uma guerra de idéias, e para termos a mínima chance de vencer precisamos manter a credibilidade de nossas idéias. [...] Não podemos vencer sozinhos a guerra de idéias contra [quem nos atingiu em 11 de Setembro]. Só os árabes e muçulmanos podem. [...] Mas é difícil fazer parceria com alguém quando se é tão radioativo que ninguém quer se aproximar.<sup>30</sup>

Na verdade, os Estados Unidos se tornaram tão “radioativos” que os planos de promover uma série de reformas políticas cosméticas no chamado Grande Oriente Médio tiveram de ser abandonados. Quando, em fevereiro de 2004, um jornal árabe publicou um resumo do apelo do governo Bush aos países mais ricos do

mundo para que fizessem pressão a favor da mudança política na Ásia ocidental, vários líderes árabes se enfureceram e até Mubarak chamou o plano de “ilusório”; o governo voltou atrás rapidamente. Alguns meses depois, na reunião de cúpula do G8 em Sea Island, na Geórgia, Washington tentou usar as ferramentas do “poder brando”, patrocinando uma pauta multilateral baseada num relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano no mundo árabe. Entretanto, os redatores do relatório criticaram duramente a iniciativa, ressaltando que os Estados Unidos tinham pouca credibilidade no mundo árabe e que, quanto mais discutissem o relatório de desenvolvimento da ONU, mais reduziriam a autoridade do trabalho. Em dezembro de 2004, quando o secretário de Estado, Colin Powell, chegou a uma reunião de cúpula no Marrocos que pretendia promover a democracia em todo o mundo árabe, os Estados Unidos haviam desistido de tentar assumir a liderança. Os líderes árabes, como observou uma autoridade norte-americana, estavam “dispostos a aceitar a ajuda, mas não [estavam] dispostos a realizar as reformas”<sup>31</sup>.

O problema dos Estados Unidos não era apenas a opinião generalizada, entre árabes e muçulmanos, de que a invasão do Iraque visava fortalecer Israel diante da resistência palestina e do mundo árabe em geral, nem o ressentimento com a repetição em escala maior, no Iraque, do tipo de dominação coerciva do qual Israel fora pioneiro nos territórios palestinos: a “simetria notável da tática militar”, a “mesma desatenção com o sofrimento das vítimas” e a “solicitude excessiva com o infortúnio dos agressores”<sup>32</sup>. O problema era também, e principalmente, a ideia dos grupos governantes do mundo árabe e muçulmano de que a subserviência aos Estados Unidos tinha custo e risco mais altos que o confronto. Enquanto as dificuldades no Iraque tornavam praticamente inócuas as ameaças norte-americanas de usar a força militar contra outros países muçulmanos, o Estado que mais se fortaleceu com a guerra no Iraque foi o Irã, ele mesmo o próximo na lista de alvos dos Estados Unidos a ter de mudar de regime na região da Ásia ocidental.

Os Estados Unidos destruíram o arquienimigo do Irã e causaram grande prejuízo à própria credibilidade norte-americana na região; os aliados políticos do Irã no Iraque, entre curdos e xiitas, integraram-se à nova estrutura de governo e nunca estiveram tão

<sup>31</sup> Joel Brinkley, “U.S. Slows Bid to Advance Democracy in Arab World”, *The New York Times*, 5/12/2004; François Heisbourg, “Mideast Democracy is a Long-Term, Global Project”, *International Herald Tribune*, 23/3/2004.

<sup>32</sup> Nos meses anteriores à guerra, autoridades norte-americanas e israelenses exprimiram muito claramente a esperança de que a vitória rápida dos Estados Unidos contra o Iraque aumentasse a segurança de Israel, demonstrando aos líderes árabes que não valia a pena desafiá-la. Para uma boa seleção de declarações nesse sentido, ver Sukumar Muralidharan, “Israel: An Equal Partner in Occupation of Iraq”.

<sup>29</sup> Dominique Moisi, “The World Is Trapped in the Iraqi Quagmire”, *Financial Times*, 14/11/2003.

<sup>30</sup> “Restoring Our Honor”, *The New York Times*, 6/5/2004.

fortes; e hoje o país está em condições de desempenhar papel importante, para não dizer decisivo, na formação de qualquer novo sistema social e político iraquiano. O Irã [...] não está descontente em ver os norte-americanos atolados [no Iraque] por longo período, a um custo considerável. Está felicíssimo porque, pela primeira vez na política dos países árabes, a comunidade xiita [...] adquiriu *status* público, legítimo e internacionalmente reconhecido.<sup>33</sup>

O domínio xiita no Iraque, somado ao governo xiita no Irã, é especialmente ameaçador para os Estados governados por sunitas que fazem fronteira com o Iraque e ficam situados ao longo do golfo Pérsico, porque representa o perigo de agitação crescente das populações xiitas há muito reprimidas. “Se o Iraque se tornar república islâmica”, alertou o rei Abdulá da Jordânia, “enfrentaremos todo um conjunto de novos problemas que não se limitarão às fronteiras do Iraque.” Esse temor criou espaço para que os Estados Unidos mobilizassem os governantes sunitas contra o Irã, mas esse espaço é estritamente limitado pela percepção crescente de que é perigoso, para todos os líderes árabes, aliar-se demais aos Estados Unidos<sup>34</sup>.

É difícil dizer qual será o resultado final da invasão norte-americana do Iraque na grande região asiático-ocidental. Até mesmo a “vitória” iraniana pode se mostrar temporária, dadas a atrofia e a impopularidade cada vez maiores do regime dos aiatolás e a possibilidade de outra ação mal avaliada por parte dos Estados Unidos. Na verdade, segundo Seymour Hersh e as notícias do *The New York Times*, parece que a Casa Branca de Bush esteve intimamente envolvida no planejamento do bombardeio e da invasão de Israel no Líbano e no apoio da ofensiva contra o Hezbollah. No entanto, essa ação também fracassou. Em vez de criar um *casus belli* plausível com o Irã, mostrou a vulnerabilidade de Israel ao caos gerado na região com a invasão do Iraque. Embora esse novo fracasso, ao lado da dependência norte-americana para com a boa vontade xiita no Iraque, torne pouco plausível o ataque militar ao Irã, o envio de dois aviões de transporte e seus respectivos grupos de combate para o golfo Pérsico, em janeiro de 2007, pretendia, nas palavras de um oficial militar graduado dos Estados Unidos, “lembrar aos iranianos que podemos nos concentrar neles também”<sup>35</sup>. Nessas circunstâncias, só dá para

apostar que, seja qual for o resultado final da aventura no Iraque, não será nada parecido com o que foi planejado. Longe de ser o primeiro ato de um novo século norte-americano, muito provavelmente será o último ato do primeiro e único século norte-americano, o “longo” século XX.

### *A estranha morte do projeto de globalização*

A ideia de que assistimos à crise terminal da hegemonia norte-americana torna-se mais convincente quando nos voltamos para o impacto da guerra no Iraque sobre a centralidade dos Estados Unidos na economia política global. Como ressaltou Harvey, os objetivos do projeto imperial neoconservador, tanto no palco nacional quanto no mundial, combinava apenas em parte com as declarações neoliberais de crença em mercados que supostamente se autorregulavam. Caso o funcionamento dos mercados livres ameaçasse a centralidade americana, os neoconservadores se dispunham a transformar a guerra de baixa intensidade, travada no mundo inteiro sob o regime do neoliberalismo, em confronto drástico, capaz de eliminar a ameaça de uma vez por todas. A invasão do Iraque pretendia ser esse confronto: o primeiro movimento tático numa estratégia de longo prazo que visava utilizar o poderio militar para impor o controle norte-americano sobre a torneira global do petróleo e, assim, sobre a economia global durante outros cinquenta anos ou mais<sup>36</sup>.

Os efeitos inesperadamente desastrosos da invasão do Iraque nos levam a perguntar o que tanto ameaçou o poderio norte-americano no resultado do “projeto de globalização” das décadas de 1980 e 1990, a ponto de levar os neoconservadores à arriscada aventura iraquiana. A liberalização do comércio mundial e dos movimentos de capital patrocinada pelos Estados Unidos não havia redundado numa grande reflexão do poder norte-americano depois das múltiplas crises da década de 1970? A confiança no veredicto do mercado global centralizado nos Estados Unidos e por eles regulado, complementada pelo uso prudente da guerra de baixa intensidade, não era a melhor garantia de se repetir a centralidade norte-americana na economia política global?

Apesar de toda a retórica do mercado livre, o governo Bush nunca foi tão entusiasta quanto o governo Clinton do processo de liberalização multilateral do

<sup>33</sup> Fred Halliday, “America and Arabia After Saddam”, *openDemocracy*, 13/5/2004.

<sup>34</sup> Roula Khalaf, “Iranian Nuclear Ambitions Worry Gulf Arab States”, *Financial Times*, 18-19/12/2004; John F. Burns e Robert F. Worth, “Iraqi Campaign Raises Questions of Iran’s Sway”, *The New York Times*, 15/12/2004; Borzou Daragahi, “Jordan’s King Risks Shah’s Fate, Critics Warn”, *Los Angeles Times*, 1/10/2006; Brent Scowcroft, “Why America Can’t Just Walk Away”, *International Herald Tribune*, 4/1/2007.

<sup>35</sup> Zia Mian, “Choosing War, Confronting Defeat”, *Economic and Political Weekly*, 7/10/2006; David E. Sanger, “On Iran, Bush Confronts Haunting Echoes of Iraq”, *The New York Times*, 28/1/2007; Michael

Slackman, “Iraqi Ties to Iran Create New Risks for Washington”, *The New York Times*, 8/6/2006; Fred Halliday, “Lebanon, Israel, and the ‘Greater West Asian Crisis’”, *openDemocracy*, 18/8/2006; William Pfaff, “Can Bush Forestall Defeat?”, *International Herald Tribune*, 13-14/1/2007; Gabriel Kolko, “The Great Equalizer: Lessons from Iraq and Lebanon”, *Japan Focus*, 25/8/2006.

<sup>36</sup> David Harvey, *The New Imperialism*, p. 24-5, 75-8, 84-5, 190-2, 201-2 [ed. bras.: *O novo imperialismo*].



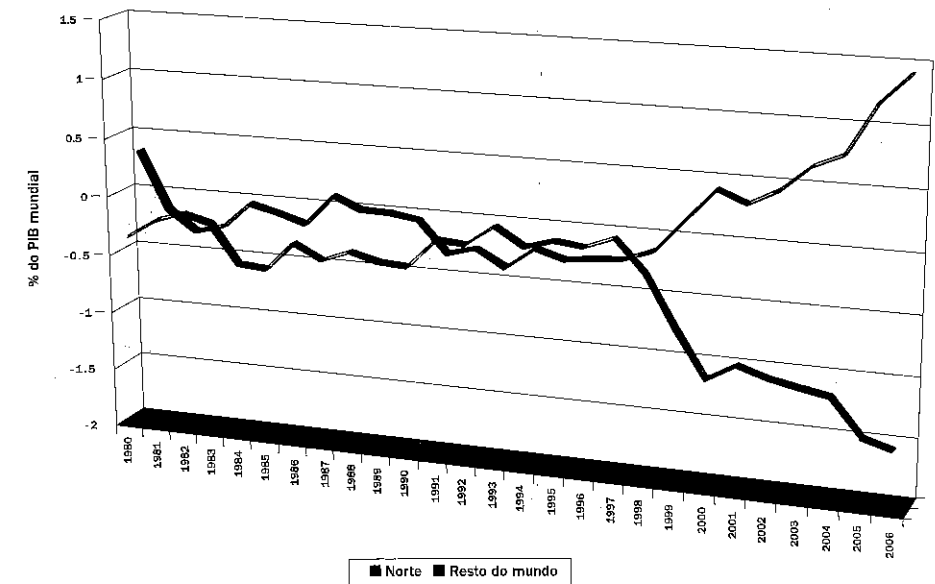
comércio e dos movimentos de capital, que constituía o principal aspecto institucional da chamada globalização. Na verdade, a palavra “globalização” raramente se insinuou, se é que isso chegou a acontecer, nos discursos do presidente Bush. De acordo com importante assessor presidencial, a palavra “deixa-o pouco à vontade”. Em dezembro de 2003, quando o governo Bush foi multado pela OMC por causa das tarifas sobre o aço importado cobradas em 2002, e ameaçado de sanções retaliativas de 2,3 bilhões de dólares, o assessor explicou que a Casa Branca “acha que o que deu errado nos anos 1990 foi que nos esquecemos de colocar os interesses norte-americanos em primeiro lugar. Sendo assim, a globalização soa como a criação de um monte de regras que podem restringir as opções do presidente e que diluem a influência norte-americana”<sup>37</sup>.

A tentativa do governo Bush de se livrar das restrições que a globalização impôs ao poder norte-americano foi mais evidente no âmbito financeiro. Niall Ferguson, ao comparar a posição financeira dos Estados Unidos com a da Grã-Bretanha um século antes, ressaltou que, no caso desta última, a “hegemony” também significou “*hegemony*”. Como banqueiro do mundo, a Grã-Bretanha, no apogeu imperial, “nunca teve de se preocupar com ataques especulativos à libra”, ao passo que os Estados Unidos, para “derrubar os regimes delinquentes, primeiro no Afeganistão e agora no Iraque, é o maior devedor do mundo”. Essa situação foi resultado da escalada do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos norte-americano, discutida nos capítulos 5 e 6.

Assim, a idéia do presidente Bush de um mundo reconfigurado pela força militar para ajustá-lo ao gosto norte-americano tem um corolário picante: o esforço militar necessário será (involuntariamente) financiado pelos europeus – inclusive pelos tão vilipendiados franceses – e pelos japoneses. Isso não dá a eles uma pequena influência sobre a política norte-americana, segundo o princípio de que quem paga o almoço escolhe o

<sup>37</sup> Citado em David E. Sanger, “While America Sells Security, China Is Buying Its Dollars”, *The New York Times*, 7/12/2003. Ver também Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*, p. 272. “O 11 de Setembro foi o maior golpe na promessa de globalização [...]. A partir daí [...] os Estados Unidos recuaram integralmente para o modo ‘primeiro o interesse nacional’ [...]. Agora, quando o presidente Bush fala com alguma convicção em cooperação ou integração entre fronteiras, é sempre no contexto da guerra ao terrorismo, e nos termos mais estritos” (Andres Martinez, “The Borders Are Closing”, *Los Angeles Times*, 1/6/2005). Do mesmo modo, o governo Bush passou dos acordos multilaterais de livre-comércio para os bilaterais. A única negociação multilateral que apoiou – a nova rodada comercial global iniciada em Doha, no Qatar, pouco depois dos ataques do 11 de Setembro – foi rompida de maneira espetacular dois anos depois, em Cancún, em grande parte em virtude dos subsídios agrícolas norte-americanos e europeus.

Figura 7.1 – Balanço de transações correntes como percentual do PIB mundial



Fonte: Banco de Dados de Resultados Econômicos do FMI, setembro de 2006.

cardápio? Balzac já disse que, quando um devedor deve muito, tem poder sobre os credores; o que mata é ser um pequeno devedor. Parece que o sr. Bush e seus homens levaram a lição a sério.<sup>38</sup>

De fato, os europeus não foram os principais financiadores do enorme déficit norte-americano nas transações correntes. Como mostra a Figura 7.1, desde a crise asiática de 1997-1998 as transações correntes dos países do Norte do globo, tomados em conjunto (ou seja, o antigo Primeiro Mundo, incluindo o Japão), sofreram déficit cada vez maior, em boa parte em virtude do déficit norte-americano, ao qual corresponde o superávit cada vez maior das transações correntes no resto do mundo (ou seja, dos antigos Terceiro e Segundo Mundos). Como veremos no Epílogo, essa bifurcação extraordinária envolve a dependência crescente do domínio financeiro global do Norte e principalmente dos Estados Unidos ao fluxo de dinheiro e crédito oriundo dos mesmos países com

<sup>38</sup> Niall Ferguson, “The True Cost of Hegemony”, *The New York Times*, 20/4/2003. O argumento é aprofundado em seu livro *Colossus: The Price of America's Empire*, p. 261-95.

maior probabilidade de serem vítimas desse domínio. Não surpreende que o diretor de pesquisa de um centro de estudos norte-americano tenha advertido para o perigo da situação que vem se criando: “Contamos cada vez mais com um grupo de credores que não são nossos amigos mais íntimos, mas que têm cada vez mais participação nos Estados Unidos”<sup>39</sup>.

Por enquanto, os financiadores mais importantes do déficit norte-americano em transações correntes foram os governos da Ásia oriental, que se dedicaram a compras maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar – em primeiro lugar os japoneses, mas também os chineses, em nível cada vez mais significativo<sup>40</sup>. A principal motivação desses e de outros governos que têm financiado o crescente déficit norte-americano em transações correntes não é estritamente econômica, mas sim política. O próprio Ferguson cita a declaração de Kenneth S. Rogoff, então economista-chefe do FMI, de que ficaria “bastante preocupado [com] o país em desenvolvimento que tivesse déficits enormes em transações correntes ano após ano, até onde se pode alcançar, de 5% ou mais [do PIB], a cor do orçamento passando de preto para vermelho”. É claro que, como Rogoff se apressou em acrescentar, os Estados Unidos não são um país “em desenvolvimento”; mas, como nem Rogoff nem Ferguson notaram, também não são um país “desenvolvido” comum. Os Estados Unidos esperam e obtêm de outros governos e instituições internacionais, o FMI em primeiro lugar, tratamento preferencial no trato de suas finanças que nenhum outro Estado, por mais “desenvolvido” que seja, poderia esperar. Isso não se deve basicamente ao efeito Balzac, mas ao peso e à

<sup>39</sup> Citado em Frederick Kempe, “Why Economists Worry About Who Holds Foreign Currency Reserves”, *The Wall Street Journal*, 9/5/2006.

<sup>40</sup> Enquanto “na década de 1990 o investidor estrangeiro despejava trilhões de dólares em ações e compras de empresas norte-americanas [...], [agora] a maior parte do dinheiro vem não de investidores privados, mas de governos estrangeiros, encabeçados por Japão e China. Em vez de lucro, o objetivo é estabilizar o câmbio. [...] Muitos economistas defendem que os bancos centrais asiáticos criaram uma versão informal do sistema de Bretton Woods de câmbio fixo, que durou desde pouco depois da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970” (Edmund Andrews, “The Dollar is Down, but Should Anyone Care?”, *The New York Times*, 16/11/2004). No fim de 2004, os estrangeiros possuíam cerca de 13% das ações norte-americanas, 24% dos títulos de empresas e 43% dos títulos do Tesouro norte-americano (Robert J. Samuelson, “The Dangerous Dollar”, *The Washington Post*, 17/11/2004). Já em agosto de 2006, o maior detentor estrangeiro de títulos do Tesouro norte-americano era o Japão (664 bilhões de dólares), seguido da China (339 bilhões). O montante chinês superava o dos três maiores detentores do Norte (Grã-Bretanha, Alemanha e Canadá) somados (300 bilhões de dólares). Além disso, em um nível desconhecido, os mais de 200 bilhões de dólares detidos pela Grã-Bretanha incluem amplos holdings de investidores não britânicos no mercado financeiro e nas instituições do país; calculado com base nos dados fornecidos em Floyd Norris, “Accessory for a U.S. Border Fence: A Welcome Mat for Foreign Loans”, *The New York Times*, 4/11/2006.

centralidade inigualáveis dos Estados Unidos na economia global; e à noção generalizada (ao menos antes da atual crise do Iraque) de que o poderio militar norte-americano é essencial para a estabilidade política do mundo. Nesse aspecto, poder e centralidade na economia política global têm muito mais importância para os Estados Unidos do que jamais tiveram para a Grã-Bretanha, porque, como argumentamos no capítulo 5, a Grã-Bretanha podia contar com algo que os Estados Unidos não têm: o império territorial da Índia, do qual podia extrair recursos financeiros e militares quase ilimitados.

Portanto, podemos resumir da seguinte maneira a condição de dominação norte-americana sem “*hegemony*”. Como no caso da Grã-Bretanha em fase comparável de declínio relativo, o crescente déficit norte-americano em transações correntes reflete a deterioração da posição competitiva das empresas norte-americanas em termos nacionais e internacionais. E como no caso da Grã-Bretanha, embora menos bem-sucedido, o capital norte-americano enfrentou em parte essa deterioração especializando-se na intermediação financeira global. Entretanto, ao contrário da Grã-Bretanha, os Estados Unidos não têm império territorial do qual possam extrair os recursos necessários para manter a supremacia político-militar num mundo cada vez mais competitivo. É claro que a Grã-Bretanha acabou perdendo a supremacia. Quando a concorrência entre os antigos e os novos rivais na construção de impérios se intensificou e criou ambiente favorável para a rebelião nas colônias, o custo do império subiu muito além de seus benefícios. Quando a Grã-Bretanha viu que era cada vez mais difícil fazer com que o império se pagasse, sem falar na geração de superávit, o país se endividou cada vez mais com os Estados Unidos, que combinavam custo de proteção mais baixo com mais competência na guerra industrializada do que a Grã-Bretanha e todos os seus rivais. Com o tempo, essa situação obrigou Londres a liquidar o império ultramarino e a se contentar com a posição de sócio minoritário da nova potência hegemônica. Ainda assim, foram necessárias duas guerras mundiais, nas quais a Grã-Bretanha venceu militarmente, mas foi derrotada financeiramente, para que ela perdesse a posição de maior nação credora do mundo<sup>41</sup>.

Os Estados Unidos, por outro lado, tornaram-se nação endividada muito mais cedo e de forma muito mais maciça que o Reino Unido não só pela tendência ao consumismo, mas também porque não tinham uma Índia da qual tirar, gratuitamente, todos os soldados de que precisavam para travar uma série tão interminá-

<sup>41</sup> Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*, p. 72-87 [ed. bras.: *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*].

vel de guerras no Sul do globo quanto a Grã-Bretanha durante sua própria hegemonia. Não só Washington teve de fazer uso intensivíssimo de capital para pagar por esses soldados e por seu arsenal, como também, em vez de cobrar tributos de um império ultramarino, teve de competir de modo agressivo no mercado financeiro mundial pelo capital necessário para equilibrar o crescimento explosivo de seu déficit em transações correntes. Embora nisso os Estados Unidos tenham obtido enorme sucesso nas décadas de 1980 e 1990, o capital que atraíram, ao contrário das contribuições indianas para o balanço de pagamentos britânico, não veio de graça. Pelo contrário, gerou um fluxo de rendimentos para os residentes no exterior que só fez crescer e tornou cada vez mais difícil equilibrar o déficit norte-americano em transações correntes<sup>42</sup>.

Segue-se que a *belle époque* norte-americana da década de 1990 baseou-se num círculo virtuoso que, a qualquer momento, podia se tornar vicioso. Esse círculo virtuoso, mas potencialmente vicioso, baseava-se na sinergia de duas condições: a capacidade dos Estados Unidos de se apresentar como responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e como potência político-militar indispensável; e a capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que estes precisavam para continuar exercendo essas duas funções em escala cada vez maior. A derrocada do bloco soviético, as “vitórias” espetaculares na primeira Guerra do Golfo e na Guerra da Iugoslávia e o surgimento da bolha da nova economia deram impulso tremendo à sinergia entre a riqueza e o poder norte-americanos, de um lado, e o fluxo de capital estrangeiro, de outro. Mas se qualquer uma dessas condições mudasse, a sinergia poderia se inverter e transformar o círculo virtuoso em vicioso.

Como chegou ao governo logo após a explosão da bolha da nova economia, Bush tinha toda a razão em se sentir “pouco à vontade” com as políticas da época

<sup>42</sup> Desse modo, no fim de setembro de 2006, o *Wall Street Journal* noticiou que, pela primeira vez em pelo menos noventa anos, os Estados Unidos estavam visivelmente pagando mais a credores externos do que estavam recebendo com os investimentos no exterior, retornando assim à situação do século XIX, quando emprestaram enormes quantias da Europa. Além do fato de as enormes quantias serem emprestadas agora da Ásia e não da Europa, há uma diferença fundamental entre a situação de país devedor dos Estados Unidos no século XIX e a de hoje: no século XIX, os empréstimos financiaram a construção de ferrovias e de infraestrutura, o que fortaleceu a produtividade da economia norte-americana, ao passo que hoje financiam o consumo público e privado que os Estados Unidos não conseguem mais suprir de modo competitivo (Mark Whitehouse, “US Foreign Debt Shows Its Teeth as Rates Climb”, *The Wall Street Journal*, 7/9/2005; Paul Krugman, “Debt and Denial”, *The New York Times*, 8/2/2006).

Clinton<sup>43</sup>. Durante a expansão da bolha, a maior parte do capital estrangeiro que fluuiu para os Estados Unidos era capital privado em busca de lucro, e os próprios investidores privados formavam uma massa amorfa com pouca ou nenhuma influência sobre a política norte-americana. No entanto, como observamos, depois que a bolha explodiu, o fluxo de capital para os Estados Unidos tornou-se mais político e os governos que financiaram o crescente déficit norte-americano em transações correntes necessariamente ganharam uma influência nada negligenciável sobre a política do país. Essa influência maior não representou um problema imediato para Washington, porque a maioria dos Estados credores da Ásia oriental, sobretudo o Japão, sentia-se profundamente dependente dos Estados Unidos para sua segurança e prosperidade. Como veremos, essa situação mudou radicalmente com o surgimento da China como destino alternativo para as exportações e os investimentos da Ásia oriental e como importante credor dos Estados Unidos. Mas até se abstrairmos o fator China, a dependência financeira crescente com relação aos governos estrangeiros restringiu necessariamente a capacidade norte-americana de defender o interesse nacional nas negociações multilaterais e bilaterais que promoveram e regulamentaram a integração econômica global. Em junho de 1997, por exemplo, ao voltar de uma reunião do G8 em Denver, em que o governo Clinton gabou-se da pujança da economia norte-americana, o primeiro-ministro japonês disse a uma plateia em Nova York que o Japão se sentira tentado a vender grandes lotes de títulos do Tesouro norte-americano durante as negociações do país com os Estados Unidos sobre a venda de automóveis e, de novo, quando o câmbio flutuou desvairadamente enquanto os Estados Unidos pareciam só se preocupar com questões internas. Como observou um comentarista, Hashimoto “simplesmente lembrou a Washington que, embora tivesse criado uma economia [...] robusta, os bancos centrais asiáticos é que tinham a hipoteca”<sup>44</sup>.

A decisão do governo Bush de reagir ao 11 de Setembro com uma guerra prolongada em várias frentes tornou mais urgente a necessidade de mudar a política

<sup>43</sup> Antes da invasão do Iraque, as comparações aziagas entre os Estados Unidos pós-bolha e o Japão tornaram-se comuns. Não ajudou em nada as ações norte-americanas terem caído em 2002 pelo terceiro ano consecutivo, na queda mais prolongada desde 1939-1941 (David Leonhardt, “Japan and the U.S.: Bubble, Bubble, Toil and Trouble”, *The New York Times*, 2/10/2002; Stephen Roach, “The Next Japan?”, disponível em: <www.morganstanley.com>, acessado em 21/10/2002). A combinação nunca vista de estímulos fiscais e financeiros adotada pelo governo Bush (ver a seguir) amainou, mas nunca eliminou completamente o temor de que os Estados Unidos pudessem repetir nos anos 2000 a experiência japonesa da década de 1990.

<sup>44</sup> William Pesek, “Commentary: Across Asia, the Sound of Sharpening Knives”, *International Herald Tribune*, 7/12/2004.

da década de 1990, pois como financiar uma guerra dessas a partir de endividamento tão grande com outros países? Havia quatro respostas possíveis a essa pergunta: elevar a tributação; fazer ainda mais empréstimos no exterior; fazer a guerra pagar por si mesma; ou explorar os lucros do monopólio da cunhagem de moeda (senhoriagem) de que gozavam os Estados Unidos em virtude da aceitação geral do dólar norte-americano como moeda internacional.

Elevar os impostos estava fora de questão. Depois de vencer as eleições com promessas de uma grande redução de impostos, o governo Bush não poderia elevá-los sem desagradar ao núcleo de sua base eleitoral, cometendo assim suicídio político. Além disso, a popularidade do esforço de guerra baseava-se em boa parte na crença promovida pelo governo de que os Estados Unidos não teriam de escolher entre armas e manteiga e que poderiam ter ambos em grande quantidade. De fato, o governo usou a crise do 11 de Setembro para iniciar duas guerras, aproveitando para gastar o superávit acumulado pela administração anterior e ao mesmo tempo reduzir impostos. Em retrospecto, lamenta Friedman, os Estados Unidos, “em seguida à bolha da informática, fizeram surgir a bolha do 11 de Setembro [...]”. A primeira foi financiada por investidores temerários e a segunda, por governo e Congresso temerários<sup>45</sup>.

Fazer mais empréstimos no exterior era possível, mas dentro de limites econômicos e políticos. Em termos econômicos, o limite foi determinado pela necessidade de manter os juros baixos para reavivar a economia nacional após a queda de Wall Street em 2000 e 2001, e que o 11 de Setembro agravara ainda mais. Politicamente, o limite foi determinado pela relutância do governo Bush em dar aos governos estrangeiros mais influência sobre a política norte-americana. No entanto, os empréstimos feitos de governos estrangeiros (sobretudo da Ásia oriental), assim como sua influência, de fato aumentaram depois do 11 de Setembro. Desse modo, o financiamento do déficit ficou, cada vez mais, à mercê dos bancos centrais da Ásia oriental. Mas essa situação resultou menos de uma política norte-americana consciente de que estava aumentando o endividamento do que da decisão dos governos estrangeiros de continuar financiando, por razões próprias, o déficit em transações correntes que fugia ao controle dos Estados Unidos<sup>46</sup>.

Era mais fácil falar do que fazer a guerra pagar por si. A mudança já citada da guerra inacabada do Afeganistão para o Iraque não se deveu somente à expecta-

tiva de que este último seria terreno mais favorável para a vitória fácil dos Estados Unidos, exemplificada pela famosa observação de Rumsfeld de que o Iraque tinha “alvos melhores” que o Afeganistão. Deveu-se também à expectativa de que o petróleo iraquiano forneceria recursos para a consolidação do poder norte-americano no Iraque e na Ásia ocidental em geral. Como sabemos agora, ambas as expectativas se frustraram. Depois que os “alvos iraquianos melhores” foram vencidos, o petróleo iraquiano não conseguiu nem começar a cobrir a rápida escalada do custo da guerra, que se arrastava sem solução à vista.

Antes da guerra, as autoridades recusavam-se a discutir os custos, a não ser para insistir que seriam mínimos. Só depois que os tiros começaram e que o Congresso não estava mais em condições de obstruir é que o governo pediu 75 bilhões de dólares para o Fundo de Liberdade do Iraque. Então, depois de declarar “missão cumprida” e impor uma grande redução fiscal [...], o sr. Bush disse ao Congresso que precisava de mais 87 bilhões [...] e alertou que os soldados norte-americanos sofreriam se o dinheiro não chegasse logo.

Um ano depois, ele fez a mesma advertência e pediu ao Congresso mais 25 bilhões<sup>47</sup>. No fim de 2006, o Congresso aprovara mais de 500 bilhões de dólares para as guerras no Iraque e no Afeganistão, além das operações relacionadas ao terrorismo em outros pontos, e previu-se que a Guerra ao Terror ultrapassaria, em 2007, o custo (corrigido pela inflação) de todas as guerras norte-americanas, com exceção da Segunda Guerra Mundial<sup>48</sup>.

Como não era possível aumentar os impostos, havia limites para novos empréstimos externos e a guerra não estava se pagando; os privilégios de senhoriagem norte-americanos tornaram-se a principal fonte de financiamento das guerras de Bush. Como escreveu um comentarista pouco depois da invasão do Iraque, qualquer cínico poderia ver de que forma os países estrangeiros forneciam bens, serviços e recursos aos Estados Unidos em troca de pedaços caríssimos de papel “como brilhante conspiração norte-americana”.

Nas décadas de 1980 e 1990, os responsáveis pela política [norte-americana] convenceram várias economias a liberalizar seus mercados financeiros. Em geral, essa liberalização terminou em crises financeiras, crises cambiais ou uma combinação de ambas. Esses desastres reduziram o investimento nacional nos países atingidos, inspiraram medo profundo do déficit em transações correntes e geraram forte desejo de acumular reservas em moeda estrangeira. O modo mais seguro era investir os recursos superavi-

<sup>45</sup> Thomas Friedman, “The 9/11 Bubble”, *The New York Times*, 2/12/2004.

<sup>46</sup> Floyd Norris, “Is It Time for the Dollar to Fall in Asia?”, *International Herald Tribune*, 22/10/2004; Eduardo Porter, “Private Investors Abroad Cut Their Investments in the U.S.”, *The New York Times*, 19/10/2004.

<sup>47</sup> Paul Krugman, “The Wastrel Son”, *The New York Times*, 18/5/2004.

<sup>48</sup> Peter Baker, “U.S. Not Winning War in Iraq, Bush Says for the First Time”, *The Washington Post*, 20/12/2006; “Costs of Major U.S. Wars”, *CounterPunch*, 5/5/2006.

tários do país na maior economia do mundo e nos mercados mais líquidos de capitais. Quando não for mais possível convencer os estrangeiros crédulos a financiar os Estados Unidos, o dólar cairá. Como as obrigações norte-americanas são em dólar, quanto maior a queda, menor se tornará a dívida norte-americana com o resto do mundo. Desse modo, a última fase da “conspiração” será o calote parcial por meio da desvalorização do dólar.<sup>49</sup>

No fim de 2004, o *Economist* calculou a queda do dólar, nos três anos anteriores, em 35% em relação ao euro e em 24% em relação ao iene, e estimou em quase 11 trilhões a reserva de títulos em dólar em mãos estrangeiras. “Se o dólar cair mais 30%, como preveem alguns, será o maior calote da história; não o calote convencional do serviço da dívida, mas o calote por roubo, que fará sumir trilhões de dólares dos títulos em poder dos estrangeiros.”<sup>50</sup> Ao que parece, o “maior calote da história” ainda está para acontecer. Mas, aconteça ou não, o fato de os Estados Unidos estarem explorando o privilégio de senhoriação para consumir ao mesmo tempo armas e manteiga bem além de seus meios pode adiar, mas não evitar indefinidamente o ajuste estrutural fundamental do país, necessário para refletir a redução substancial de sua competitividade na economia global.

As causas de mais longo prazo dessa redução da competitividade, anteriores à invasão do Iraque, já foram discutidas no capítulo 6. Desde a invasão, cada vez mais observadores norte-americanos lamentaram essa perda de competitividade não só nas atividades de pouca tecnologia e uso intensivo de mão de obra, como também nas atividades de alta tecnologia e uso intensivo de conhecimento, que são a espinha dorsal da vantagem comparativa dos Estados Unidos<sup>51</sup>. As multinacionais norte-americanas viram receitas e lucros crescerem, mas esse crescimento ocorreu principalmente no exterior e essas empresas só podem manter sua parti-

<sup>49</sup> Martin Wolf, “A Very Dangerous Game”, *Financial Times*, 30/9/2003. Para relatos mais complexos da “conspiração” norte-americana, ver Robert H. Wade, “The Invisible Hand of the American Empire”, *openDemocracy*, 13/3/2003, e Andre Gunder Frank, “Meet Uncle Sam – Without Clothes – Parading Around China and the World”.

<sup>50</sup> “The Disappearing Dollar”, *The Economist*, 2/12/2004.

<sup>51</sup> Ver, entre outros, Adam Segal, “Is America Losing Its Edge?”, Jean Kumagai e William Sweet, “East Asia Rising”, *IEEE Spectrum Online*, 19/10/2004; William J. Broad, “U.S. Is Losing Its Dominance in the Sciences”, *The New York Times*, 3/5/2004; Eduardo Porter, “Innovation and Disruption Still Going Hand in Hand”, *The New York Times*, 6/12/2004; David Baltimore, “When Science Flees the U.S.”, *The Los Angeles Times*, 29/11/2004; Thomas Friedman, “Fly Me to the Moon”, *The New York Times*, 5/12/2004; Keith Bradsher, “Made in U.S., Shunned in China”, *The New York Times*, 18/11/2005; Paul G. Roberts, “Another Grim Jobs Report. How Safe Is Your Job?”, *CounterPunch*, 18/4/2006; Joellen Perry e Marcus Walker, “Europeans’ Appetite for Imports Benefits China at the Expense of the U.S.”, *The Wall Street Journal*, 11/9/2006.

cipação no mercado global se reinvestirem o lucro no exterior<sup>52</sup>. A valorização da moeda de outros países (mais notadamente a China), considerada por muitos o remédio para a perda de competitividade, pode ajudar, mas a experiência passada não é encorajadora.

Há indícios abundantes de que a obsessão norte-americana pela moeda está mal colocada. Desde 1976 o iene quase triplicou de valor em relação ao dólar. Mas não tem havido melhora significativa da posição bilateral dos Estados Unidos em relação ao Japão, antigo bicho-papão dos industriais norte-americanos.<sup>53</sup>

O ajuste dos Estados Unidos à nova realidade da economia global envolverá a combinação de mais desvalorização do dólar, valorização das moedas dos países com maior superávit em transações correntes e redirecionamento desses superávits do financiamento do déficit norte-americano para a criação de demanda em outros lugares, principalmente na Ásia oriental. Esse ajuste final pode ser “violento”, com a derrocada do dólar, ou “suave”<sup>54</sup>. Seja como for, o ajuste resultará inevitavelmente numa queda ainda maior do controle norte-americano sobre os recursos econômicos mundiais, na redução do peso e da centralidade do mercado norte-americano na economia global e na diminuição do papel do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva.

O governo Bush mostrou ter alguma noção dos riscos que corre ao contar demais com a desvalorização do dólar e com o calote da dívida norte-americana aos estrangeiros para sustentar sua competitividade. Assim, em junho de 2003, na conferência de Doha, John Snow, secretário do Tesouro, convenceu os ministros da Fazenda dos demais países do G7 a assinar uma declaração conjunta em que se afirmava que o mercado deveria determinar o câmbio. A declaração foi interpretada como sinal de que Washington estava abandonando oficialmente a política do dólar forte da época Clinton e o dólar despencou de imediato em relação a to-

<sup>52</sup> Louis Uchitelle, “Increasingly, American-Made Doesn’t Mean in the U.S.A.”, *The New York Times*, 19/3/2004.

<sup>53</sup> James Kynge e Christopher Swann, “US Risks Paying High Price for Calls Over Currency Flexibility”, *Financial Times*, 26/9/2003. Do mesmo modo, entre julho de 2001 e março de 2006, o euro subiu 44% em relação ao dólar, mas o déficit bilateral norte-americano com a eurozona aumentou 75% (Christopher Swann, “Revaluation of the Renminbi Will Do Little to Reduce US Deficit”, *Financial Times*, 28/3/2006). Em termos mais gerais, a enorme desvalorização do dólar entre 2001 e 2004, em vez de reduzir o déficit comercial norte-americano, fez com que batesse novo recorde de 617,7 bilhões de dólares. Como mostra a Figura 5.2, o déficit norte-americano em transações correntes vem aumentando desde meados da década de 1990, quer quando o dólar se valorizou (de 1995 a 2000), quer quando se desvalorizou (de 2001 a 2004).

<sup>54</sup> Martin Wolf, “A Very Dangerous Game”, *Financial Times*, 30/9/2003.

das as principais moedas. Mas sempre que a queda ameaçou se transformar em derrocada, as autoridades norte-americanas repetiram a ladainha sobre a importância da moeda forte: “Ninguém no mercado sabe direito o que [isso] ainda significa, mas para o caso de ser anunciado um surto de intervenção todos preferem se proteger e parar de vender as verdinhas”<sup>55</sup>.

A confusão no mercado justificou-se totalmente à luz da contradição entre a adoção retórica da importância da moeda forte e a extrema frouxidão monetária e fiscal com que o governo Bush manteve a recuperação da economia norte-americana depois do *crash* de 2001 e financiou o custo cada vez maior da Guerra ao Terror. Essa extrema frouxidão lembra a política norte-americana dos últimos anos da Guerra do Vietnã, quando John B. Connally, secretário do Tesouro de Nixon, celebrizou-se ao dizer ao mundo preocupado: “O dólar é nossa moeda e problema de vocês”<sup>56</sup>. No entanto, a queda do dólar acabou se transformando em problema dos Estados Unidos. Por um breve instante, em janeiro de 1980, a elevação do preço do ouro ao extraordinário nível de 875 dólares a onça parecia assinalar o fim iminente do padrão-dólar *de facto*, adotado em 1971 – ano em que os Estados Unidos finalmente abandonaram o compromisso de comprar ouro pelo preço fixo de 35 dólares a onça. Na verdade, o dólar logo se recuperou da derrocada e, desde então, manteve-se o padrão-dólar *de facto*. À luz dessa experiência, a vontade do governo Bush de forçar ao máximo o abuso do privilégio de emitir moeda talvez se deva à crença de que, caso ocorra o pior, Washington pode sair da beira do abismo e gozar de mais vinte anos como emissor incontestado de moeda<sup>57</sup>.

No caso de nova derrocada do dólar comparável à do fim da década de 1970, entretanto, seria bem mais difícil e talvez impossível para os Estados Unidos recuperar o controle do sistema monetário mundial. Na década de 1980, o dólar norte-americano recuperou a posição de moeda mundial em virtude da inversão súbita e radical da extrema frouxidão para o extremo aperto da política monetária norte-americana, acompanhada pelo acirramento da competição dos Estados Unidos por capital mundo afora, com juros altíssimos, incentivos fiscais e aumento da liberdade de ação para especuladores e produtores capitalistas<sup>58</sup>. Mas o próprio sucesso dessa inversão política, que atraiu volume imenso de capital, transformou os Estados Unidos de país credor em maior devedor do mundo. Os credores norte-

<sup>55</sup> Charlotte Denny, “Trap a Dragon, Mr. Bush, and Lose an Election”, *The Guardian*, 3/11/2003.

<sup>56</sup> Mark Landler, “Sidelined by U.S. and Asia, Singing the Euro Blues”, *The New York Times*, 12/12/2004.

<sup>57</sup> Essa crença parece implícita na tese de Cheney, descrita por Paul O'Neill, de que “Reagan provou que os déficits não importam”. Citado em John Cassidy, “Taxing”, *The New Yorker*, 26/1/2004.

<sup>58</sup> Como vimos nos capítulos 5 e 6, a inversão da política começou no governo Carter, mas só se materializou inteiramente com Reagan.

-americanos podem se conter, e com certeza o farão, caso cogitem puxar o tapete de um devedor tão grande. Com a devida vênia a Balzac, nem assim faria sentido para eles dobrar os empréstimos feitos ao país que deu um calote parcial na dívida ao praticar uma desvalorização maciça de sua moeda<sup>59</sup>. Além disso, depois de já ter concedido incentivos extraordinários ao capital, pouco resta aos Estados Unidos a oferecer no caso de nova derrocada do dólar. Nessas circunstâncias de endividamento nunca visto e de exaustão dos incentivos, o aumento dos juros, como feito no governo Reagan, provocaria um retraimento interno bem mais grave, sem nenhuma garantia de ser seguido de recuperação robusta. Portanto, o aumento grande dos juros agravaria, em vez de aliviar, a redução relativa da economia norte-americana causada pela derrocada do dólar.

A isso devemos acrescentar que, no fim da década de 1970, havia pouca ou nenhuma alternativa viável ao dólar norte-americano como moeda internacional. O euro ainda era mais projeto do que realidade. O marco alemão e o iene japonês, em rápida valorização, não tinham o peso econômico global nem o apoio institucional nacional necessários para se tornarem meio de pagamento internacional importante ou moeda de reserva. Não tendo para onde ir, o capital – que estava fugindo do dólar – foi principalmente para o ouro. Mas nenhuma potência capitalista tinha interesse na remonetização do ouro numa época de estagnação econômica mundial, ainda mais diante da influência que tal remonetização daria à União Soviética. Nessas circunstâncias, a tentativa norte-americana de preservar o padrão-dólar pôde contar com a cooperação ativa de todos os governos importantes na regulamentação monetária mundial.

Também nesse aspecto a situação, hoje, é bem diferente. Os governos importantes ainda podem se dispor, em grande medida, a cooperar com o governo dos Estados Unidos para preservar o padrão-dólar. Mas essa boa vontade tem bases diferentes – e menos favoráveis aos Estados Unidos – das da década de 1980. Como explicou recentemente Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro, a dependência norte-americana com relação ao dinheiro estrangeiro é “ainda mais angustiante” que a dependência norte-americana em relação a fontes de energia estrangeiras.

Em um sentido concreto, os países que têm moeda e títulos norte-americanos em seus bancos também têm a prosperidade norte-americana nas mãos. Essa possibilidade deveria deixar os norte-americanos pouco à vontade. Há algo de estranho no fato de a maior potência do mundo ser o maior devedor do mundo. Evidentemente, é verdade

<sup>59</sup> Martin Wolf, “The World Has a Dangerous Hunger for American Assets”, *Financial Times*, 8/12/2004.

que os governos e os investidores estrangeiros que financiam a gastança da superpotência não têm motivos para fazer a economia norte-americana falir, desfazendo-se de repente de suas reservas em dólar. A crise financeira que se seguiria prejudicaria seriamente suas próprias economias. Mas depois de finalmente ter saído do equilíbrio de terror da Guerra Fria, os Estados Unidos não deveriam aceitar de maneira leviana a nova versão de destruição mútua, caso isso possa ser evitado.<sup>60</sup>

De fato, é bem mais difícil para os Estados Unidos resolver o novo “equilíbrio do terror” a seu favor do que no caso com a União Soviética. Como já observado, a vantagem decisiva dos Estados Unidos durante a Guerra Fria foi financeira. Mas, no novo confronto, o poder financeiro não está a favor, mas sim contra os Estados Unidos. Se o abuso do privilégio de senhoriação resultar novamente na derrocada do dólar, os governos da Europa e da Ásia oriental estão em posição muito melhor do que há 25 anos para criar alternativas viáveis ao padrão-dólar. Contudo, não devemos esquecer que, nesses assuntos, a regra é a inércia e o desmontamento do dólar não exige que outra moeda qualquer ocupe seu lugar.

Desalojar uma moeda dominante pode levar anos. A libra esterlina manteve seu papel internacional central durante meio século no mínimo, depois que o PIB dos Estados Unidos ultrapassou o da Grã-Bretanha no fim do século XIX. Mas acabou perdendo o *status*. Se os Estados Unidos continuarem no atual caminho perdulário, é provável que o dólar sofra destino semelhante. No entanto, é provável que no futuro nenhuma moeda, como, por exemplo, o euro, assumirá seu lugar. Ao contrário, o mundo pode se voltar para um sistema de reserva em várias moedas, como dólar, euro e iene (e até mesmo o iuane, em algum momento futuro). [...] Talvez seja possível lidar com o abandono lento e constante do dólar. Mas se os Estados Unidos continuarem a mostrar a mesma negligência com sua própria moeda, o resultado será a queda rápida do dólar e o aumento dos juros norte-americanos.<sup>61</sup>

Em resumo, como muitos de seus críticos, o governo Bush talvez ache que a queda do dólar não é problema norte-americano, mas meio bastante eficaz de obrigar amigos e inimigos a financiar o esforço de guerra e o crescimento econômico dos Estados Unidos. Na verdade, a queda do dólar na década de 2000 é a manifestação de uma crise muito mais grave da hegemonia norte-americana do que a queda do dólar na década de 1970. Seja ela gradual ou violenta, é a manifestação (e o fator) da perda relativa e absoluta da capacidade dos Estados Unidos de manter a centralidade no interior da economia política global. Para apreciar por completo a

extensão e a natureza dessa perda, devemos mudar nosso foco para o que talvez pareça, em retrospecto, o maior fracasso do projeto imperial neoconservador: permitir que a China se torne o possível novo centro da economia política global.

### A síndrome da China

Às vésperas do 11 de Setembro, John Mearsheimer concluía *The Tragedy of Great Power Politics*, produto mais ambicioso da recente teoria das relações internacionais norte-americanas, com um prognóstico sobre as consequências da ascensão econômica chinesa para o poder norte-americano e a recomendação do remédio.

A China ainda está distante do ponto em que terá poder [econômico] suficiente para investir na hegemonia regional. Sendo assim, não é tarde demais para que os Estados Unidos [...] façam o possível para retardar a ascensão da China. Na verdade, é provável que os imperativos estruturais do sistema internacional, que são poderosos, forçarão os Estados Unidos a abandonar a política de envolvimento construtivo em um futuro próximo. De fato, há sinais de que o novo governo Bush deu os primeiros passos nessa direção.<sup>62</sup>

No fim das contas, ao se ver preso no atoleiro iraquiano, o governo Bush foi forçado a aprofundar, em vez de abandonar, o envolvimento construtivo com a China. Em 2003, no caminho de ida e volta para a conferência da Apec [Asia-Pacific Economic Cooperation, ou Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico], realizada em Bangcoc, Bush evitou retórica e geograficamente o país que já estivera no centro da política de segurança nacional de seu governo<sup>63</sup>. Como

<sup>62</sup> John J. Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, p. 402. O argumento de Mearsheimer reproduz a tese de Wolfowitz, de 1992, de que o objetivo da política externa deveria ser “impedir que qualquer potência hostil domine uma região cujos recursos sejam, sob controle consolidado, suficientes para gerar poder global” (citado em Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic*, p. 85-6). Mearsheimer reiterou sua posição numa entrevista dada oito meses depois do 11 de Setembro: “Os Estados Unidos se esforçarão ao máximo [...] para conter a China e quebrar suas pernas, assim como quebraram as pernas da Alemanha imperial na Primeira Guerra Mundial, do Japão na Segunda Guerra Mundial e da União Soviética durante a Guerra Fria”. Ao mesmo tempo, admitiu que “seria quase impossível desacelerar o crescimento econômico chinês”. Para os Estados Unidos, afirmou, a estratégia mais eficaz seria criar uma “coalizão de equilíbrio” político e militar que incluísse Japão, Vietnã, Coreia, Índia e Rússia. Os Estados Unidos, então, poderiam apoiar a Rússia numa disputa de fronteira com a China; apoiar o Japão numa disputa com a China por rotas marítimas; ou poderia “entrar em guerra em nome de Taiwan” (Harry Kreisler, “Through the Realist Lens”).

<sup>63</sup> “No primeiro esboço do *Defense Policy Guidance*, de 1992, redigido por Paul Wolfowitz e Lewis Libby, não estava claro onde seria mais provável que surgisse o novo rival da supremacia norte-americana. A Europa e o Japão, assim como a China, estavam entre os candidatos. No entanto, quando o governo Bush tomou posse, os proponentes dessa doutrina de supremacia só viam surgir um possível competidor em futuro próximo: a China” (John Gershman, “Remaking Policy in Asia?”).

<sup>60</sup> Lawrence H. Summers, “America Overdrawn”.

<sup>61</sup> “The Passing of the Buck?”, *The Economist*, 2/12/2004.

observou o *Financial Times*, essa é uma “mudança significativa para um presidente que assumiu o cargo alardeando o rompimento com a política clintoniana de envolvimento com a China, insistindo, nas primeiras semanas de governo, que a China era um ‘concorrente estratégico’ dos Estados Unidos”. Quando as questões de segurança na Ásia ocidental começaram a pesar cada vez mais sobre o governo norte-americano, as advertências contra a ameaça chinesa deram lugar a um envolvimento com Pequim ainda maior do que no governo Clinton. A inversão foi tão completa que a Casa Branca passou a se gabar de manter melhores relações com a China do que todos os governos desde que Richard Nixon reatou com a República Popular da China<sup>64</sup>.

Como veremos no capítulo 10, Washington não abandonara absolutamente a ideia de conter a China com várias estratégias, até mesmo a de “coalizão de equilíbrio” político e militar do jeito que Mearsheimer aprecia. Contudo, quanto mais os Estados Unidos se enredavam na Guerra ao Terror e dependiam de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, mais a China conseguia impor um tipo de “imperativo estrutural” diferente daqueles vislumbrados por Mearsheimer. Como ressaltou Krugman, quando o secretário do Tesouro norte-americano foi a Pequim pedir a valorização do iuane e não recebeu satisfação, uma das razões foi que o superávit comercial da China com os Estados Unidos era mais que compensado pelo déficit comercial com outros países. Outra razão foi que:

[...] atualmente os Estados Unidos têm pouca influência na China. O sr. Bush precisa da ajuda da China para lidar com a Coreia do Norte. [...] Além disso, a compra de títulos do Tesouro norte-americano pelo banco central da China é uma das principais maneiras de os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial. [...] Apenas quatro meses depois da Operação Flight Suit [Macacão de Piloto], a superpotência transformou-se em pedinte das nações que costumava insultar. Missão cumprida!<sup>65</sup>

Além disso, o governo Bush está bem a par do perigo de a imposição de tarifas à China como modo de forçar a valorização da moeda sair pela culatra. Como afirmou repetidas vezes Greg Mankiw, assessor econômico de Bush, muitos empregos norte-americanos foram perdidos em setores – máquinas, equipamentos de transporte, semicondutores – em que a concorrência chinesa é leve. E, mais importante, a valorização do iuane apenas substituiria a importação chinesa pela

<sup>64</sup> James Harding e Peter Spiegel, “Beijing Looms Large in the White House’s Defence Strategy”, *Financial Times*, 17/10/2003. Ver também Roger Cohen, “The Iraqi Silver Lining: Closer U.S.-China Ties”, *The International Herald Tribune*, 13/12/2006.

<sup>65</sup> Paul Krugman, “The China Syndrome”, *The New York Times*, 5/9/2003.

de outros fornecedores estrangeiros mais caros. O resultado para os Estados Unidos seria aumento de inflação, maior perda de competitividade e redução do número de empregos, em vez de aumento<sup>66</sup>.

O efeito combinado da forte mão econômica da China com os problemas de Washington na Ásia ocidental logo se refletiram não só nas relações mútuas dos dois países, como também nas respectivas posições diante de terceiros. Às vésperas da reunião de 2003 da Apec, em Bangcoc, o *New York Times* noticiou que os líderes políticos e empresariais da Ásia viam a hegemonia norte-americana “erodir de forma sutil, mas inconfundível, enquanto os países asiáticos [viam] a China como potência regional cada vez mais importante”. Embora os Estados Unidos ainda fossem o maior parceiro comercial da região, a China estava se aproximando rapidamente e logo se tornou o maior parceiro comercial dos dois aliados estratégicos mais importantes dos norte-americanos, o Japão e a Coreia do Sul. O mais importante foi que a noção local a respeito da política da situação sofreu uma virada radical. Um importante empresário de Singapura, que um ano antes acusara a China de ser um rolo compressor prestes a esmagar as economias mais fracas do sudeste da Ásia, traçou um quadro totalmente diferente no segundo semestre de 2003. “A sensação é de que a China tenta ao máximo agradar, ajudar, acomodar-se aos vizinhos, enquanto os Estados Unidos são vistos como país cada vez mais envolvido com sua própria política externa, impondo à força ao mundo esse programa”<sup>67</sup>. Em 2006, a virada das ideias resultou em mudança igualmente radical na geopolítica da situação.

Muitos acordos que inspiraram medidas de segurança no sudeste da Ásia nos últimos cinquenta anos foram pensados como bastiões contra a expansão comunista chinesa. Agora, o sudeste da Ásia, cujos líderes viam os Estados Unidos tradicionalmente como âncora da segurança regional, falam sobre a necessidade de fortalecer o relacionamento com Pequim.<sup>68</sup>

Houve sinais de redução da influência dos Estados Unidos até mesmo na esfera cultural, em que, dos filmes de Hollywood à MTV, a sedução norte-americana ainda era a mais forte. Impedidos de visitar os Estados Unidos por causa da difi-

<sup>66</sup> “Mr. Wen’s Red Carpet”, *The Economist*, 11/12/2003.

<sup>67</sup> Jane Perlez, “Asian Leaders Find China a More Cordial Neighbor”, *The New York Times*, 18/10/2003; idem, “With U.S. Busy, China Is Romping with Neighbors”, *The New York Times*, 3/12/2003; Philip Pan, “China’s Improving Image Challenges U.S. in Asia”, *The Washington Post*, 15/11/2003; Glenn Kessler, “U.S., China Agree to Regular Talks”, *The Washington Post*, 8/4/2005.

<sup>68</sup> Donald Greenlees, “Asean Hails the Benefits of Friendship with China”, *The International Herald Tribune*, 1/11/2006.



culdade de obter vistos depois do 11 de Setembro, um número cada vez maior de asiáticos começou a viajar para a China, para estudos ou turismo. As trocas culturais fluíram nos dois sentidos: os chineses tornaram-se o principal grupo de turistas da região; os estudantes asiáticos aproveitaram a proliferação de oportunidades de estudo superior na China; e os estudantes chineses de classe média, impossibilitados de pagar as altas anuidades norte-americanas, foram para os *campi* do sudeste asiático<sup>69</sup>.

Foi na esfera econômica, porém, que a ascensão da influência chinesa se mostrou mais extraordinária. Entre 2001 e 2004, a China foi responsável por um terço do aumento total do volume mundial de importações, tornando-se assim “a locomotiva do restante da Ásia oriental” e desempenhando papel importante na recuperação econômica do Japão<sup>70</sup>. Essa liderança do papel econômico da China foi considerado “mais um indício da mudança do poder geopolítico em andamento na Ásia”.

Em poucos anos, a China tornou-se uma potência econômica com força política cada vez maior numa região onde os Estados Unidos já reinaram incontestes. [...] Grande parte da nova condição da China vem de sua promoção a uma das maiores nações comerciais do mundo e, nesse processo, a mercado importante para os vizinhos exportadores. Mas nesse poder há uma forte dimensão política, já que os novos líderes de Pequim se mostram dispostos a pôr de lado as antigas disputas e cativar, em vez de importunar, as outras nações.<sup>71</sup>

Parte integrante dessa mudança foi a importância cada vez maior da China em detrimento dos Estados Unidos, mesmo fora da Ásia oriental. No sul da Ásia, o comércio com a Índia subiu de 300 milhões de dólares em 1994 para mais de 20 bilhões em 2005, causando uma “meia-volta” na relação entre os dois países e no envolvimento mútuo e inigualável, tanto no nível governamental quanto no empresarial<sup>72</sup>. O fracasso da tentativa de Washington de aumentar o controle da “torneira global do petróleo” na Ásia ocidental ficou extraordinariamente patente com a assinatura de importante acordo petrolífero entre Pe-

quim e Teerã, em outubro de 2004<sup>73</sup>. Mais para o sul, o petróleo alimenta o ímpeto da China rumo à África. Em 2000, Pequim abriu mão de forma voluntária de dívidas africanas legítimas no valor de 1,2 bilhão de dólares e nos cinco anos seguintes o comércio entre África e China aumentou de pouco menos de 10 bilhões de dólares para mais de 40 bilhões de dólares. A cada ano, mais empresários chineses – dez vezes mais em 2006 que em 2003 – chegam à África para investir nas áreas em que as companhias ocidentais não têm interesse em negociar, enquanto o governo chinês oferece auxílio ao desenvolvimento sem impor nenhuma das condições ligadas à ajuda ocidental (a não ser que não reconheçam Taiwan). Os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as alianças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos<sup>74</sup>. Também foram muito importantes as iniciativas chinesas na América do Sul. Enquanto Bush fez apenas uma rápida visita à reunião da Apec no Chile, em 2004, Hu Jintao passou duas semanas visitando Argentina, Brasil, Chile e Cuba, anunciou mais de 30 bilhões de dólares em novos investimentos e assinou contratos de longo prazo que garantirão à China o fornecimento de matérias-primas básicas. Os desdobramentos políticos parecem avançar com mais rapidez no Brasil, onde Lula namorou várias vezes a ideia de uma “aliança estratégica” com Pequim, e na Venezuela, onde Chávez comemorou a venda crescente de petróleo à China como forma de libertar o país da dependência em relação ao mercado norte-americano<sup>75</sup>.

Em 2004, a União Europeia e a China estavam a caminho de se tornarem os maiores parceiros comerciais uma da outra. Combinados à designação mútua de “parceiro estratégico”, às reuniões conjuntas e às frequentes visitas de Estado, esses laços econômicos cada vez mais estreitos provocaram referências ao eixo nascente “Europa-China” nas questões mundiais. “Eixo” pode ser uma palavra forte demais; mas se essa aliança realmente se realizar, será em grande medida por causa da noção comum de que a política financeira e militar dos Estados Unidos constitui grave ameaça à segurança e à prosperidade do mundo. Como descreveu uma autoridade da Comissão Europeia: “Os Estados Unidos são o parceiro silencioso na

<sup>69</sup> Jane Perlez, “Chinese Move to Eclipse U.S. Appeal in South Asia”, *The New York Times*, 18/11/2004.

<sup>70</sup> “The Passing of the Buck?”, *The Economist*, 2/12/2004. Em 2004, a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o maior parceiro comercial do Japão desde que há registros.

<sup>71</sup> Tyler Marshall, “China’s Stature Growing in Asia”, *The Los Angeles Times*, 8/12/2003.

<sup>72</sup> Anna Greenspan, “When Giants Stop Scuffling and Start Trading”, *The International Herald Tribune*, 14/9/2004; N. Vidyasagar, “Meet India’s Future n° 1 Bilateral Trade Partner”, *The Times of India*, 9/2/2005; Somini Sengupta e Howard French, “India and China Poised to Share Defining Moment”, *The New York Times*, 10/4/2005; Niraj Dawar, “Prepare Now for a Sino-Indian Trade Boom”, *Financial Times*, 31/10/2005.

<sup>73</sup> Kaveh Afrasiabi, “China Rocks the Geopolitical Boat”, *Asia Times Online*, 6/11/2004.

<sup>74</sup> John Murphy, “Africa, China Forging Link”, *The Baltimore Sun*, 23/11/2004; Karby Leggett, “Staking a Claim”, *The Wall Street Journal*, 29/3/2005; Elizabeth Economy e Karen Monaghan, “The Perils of Beijing’s Africa Strategy”, *The International Herald Tribune*, 1/11/2006; “Africa and China”, *The Economist*, 3/11/2006.

<sup>75</sup> Larry Rohter, “China Widens Economic Role in Latin America”, *The New York Times*, 20/11/2004; Juan Forero, “China’s Oil Diplomacy in Latin America”, *The New York Times*, 1/3/2005. Ver também Richard Lapper, “Latin America Quick to Dance to China’s Tune”, *Financial Times*, 10/11/2004.

mesa de reuniões UE-China, não em termos de pressão, mas do nosso interesse mútuo em desenvolver o multilateralismo e conter o [...] comportamento norte-americano”<sup>76</sup>.

A China também começou a ofuscar os Estados Unidos na promoção da liberalização multilateral do comércio. Em termos regionais, teve sucesso na integração com os países da Asean [Association of South East Asian Nations, ou Associação de Nações do Sudeste Asiático], ao mesmo tempo em que formava laços econômicos com Japão, Coreia do Sul e Índia. Em termos globais, uniu-se ao Brasil, à África do Sul e à Índia para liderar a ofensiva do G20 na reunião de 2003 da OMC, em Cancún, contra o sistema de dois pesos e duas medidas do Norte – que impunha a abertura do mercado do Sul, porém se mantinha ferozmente protecionista, sobretudo em setores comparativamente mais vantajosos para o Sul. Também nesse aspecto a postura da China contrastou muito com a dos Estados Unidos, que abandonou as negociações comerciais multilaterais em proveito de acordos bilaterais, visando a romper a aliança do Sul que se formou em Cancún ou conquistar apoio à Guerra ao Terror<sup>77</sup>.

Como veremos no capítulo 9, só em 2006 o fracasso vertiginoso do projeto imperial neoconservador tornou-se fato geralmente aceito. Mas em 4 de julho de 2004, dia da Independência dos Estados Unidos, a revista do *New York Times* já questionava o novo século norte-americano dos neoconservadores com o anúncio na reportagem de capa do provável advento do “século chinês”:

A economia dos Estados Unidos é cerca de oito vezes maior que a da China. [...] Os norte-americanos ganham *per capita* 36 vezes mais que os chineses. E também não há escassez de possíveis obstáculos no caminho da China. Os bancos podem quebrar. Os pobres e as minorias podem se revoltar. A arrogante Taiwan e a lunática Coreia do Norte podem impelir a China à guerra. Os Estados Unidos podem impor impostos sobre tudo o que a China nos envia. Ainda assim, afora [...] o cataclismo nuclear, parece que nada conseguirá segurar a China por muito tempo. Desde 1978 [...] passou de praticamente ausente do comércio internacional a terceira nação com mais atividade comercial no mundo, atrás dos Estados Unidos e da Alemanha e à frente do Japão. [...] Vinte e uma recessões, uma depressão, duas quedas da bolsa de valores e duas guerras mundiais não conseguiram impedir o crescimento da economia norte-americana no

<sup>76</sup> David Shambaugh, “China and Europe: The Emerging Axis”.

<sup>77</sup> Russell L. Smith e Caroline G. Cooper, “The US and Economic Stability in Asia”, *Asia Times Online*, 6/12/2003; Aileen Kwa, “The Post-Cancun Backlash and Seven Strategies to Keep the WTO Off the Tracks”, *Focus on Trade*, 95, novembro de 2003; Michael Vatikiotis e David Murphy, “Birth of a Trading Empire”, *Far Eastern Economic Review*, 20/3/2003.

último século. [...] A China está pronta para crescimento semelhante neste século. Mesmo que, em média, o povo chinês não tenha a riqueza dos norte-americanos, e mesmo que os Estados Unidos continuem com o jogo duro econômico e sejam líderes em tecnologia, ainda assim a China será um competidor cada vez mais extraordinário. Se algum país suplantará os Estados Unidos no mercado mundial, esse país será a China.<sup>78</sup>

Em resumo, longe de lançar as bases para um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos Estados Unidos, reduziu ainda mais a centralidade do país e da moeda na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões. Seria difícil imaginar fracasso mais rápido e completo do projeto imperial neoconservador. Mas se a aposta do governo Bush na supremacia global tem grandes chances de entrar para a história como uma das várias “bolhas” que marcaram a crise terminal da hegemonia norte-americana, sua explosão transformou, mas não eliminou, as circunstâncias históricas mundiais que geraram o Projeto para o Novo Século Norte-Americano<sup>79</sup>. Embora não sejam mais hegemônicos no sentido em que vimos usando a palavra, os Estados Unidos continuam a ser a potência militar predominante no mundo e ainda têm influência considerável no novo “equilíbrio do terror”, que une sua política econômica à dos seus concorrentes e financiadores estrangeiros. Para identificar os possíveis usos futuros desse poder residual, devemos nos voltar agora para os processos históricos que estão por trás da relação entre capitalismo e imperialismo.

<sup>78</sup> Ted C. Fishman, “The Chinese Century”, *The New York Times Magazine*, 4/7/2004.

<sup>79</sup> “Supunha-se que o Iraque assinalaria o novo poderio global dos Estados Unidos; na verdade, pode se mostrar o arauto de seu declínio [...]. Depois que a bolha do poder norte-americano furou num contexto global que já se inclinava em outra direção, pode se esvaziar bem mais depressa do que se imaginava” (Martin Jacques, “The Disastrous Foreign Policies of the US Have Left it More Isolated than Ever, and China Is Standing By to Take Over”, *The Guardian*, 28/3/2006. George Soros, em *The Bubble of American Supremacy: Correcting the Misuse of American Power*, caracterizou a aposta neoconservadora na supremacia global como “bolha” bem antes que seu desenrolar deixasse isso evidente.